



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 842/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 1469/2014 (11 volumes).**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Secretaria de estado da Administração e Gestão - SEAD.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Responsáveis:** Sra. Lígia Abrahim Fraxe Licatti, Secretária de Estado da SEAD e a Sra. Silvana Saraiva Laborda, Secretária Executiva da SEAD e Ordenadora da Despesa.

**6- Unidade Técnica:** DCAD/AM – Relatório Conclusivo nº. 29/2015 (fls. 2115/2126).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 624/2015-MP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 2128/2128v).

**8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas. Secretaria de estado da Administração e Gestão - SEAD. Exercício 2013.

*Contas Regulares. Recomendação à Origem.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de **julgar regular** as Contas da Secretaria de Estado da Administração e Gestão - SEAD, exercício de 2013, sob a responsabilidade das Senhoras Lígia Abrahim Fraxe Licatti, Secretária de Estado da SEAD e Silvana Saraiva Laborda, Secretária Executiva da SEAD e Ordenadora da Despesa, ex-vi do art. 71, inciso II, da CF/88 c/c o art. 40, inciso II, da CE/89 e art. 1º, inciso II, art. 2º e 5º da Lei nº 2423/96 (LO/TCE), **recomendendo**, ainda, à Origem que faça constar em todos os processos licitatórios, o Parecer Jurídico, conforme determina a Lei nº 8666/93, subsidiária a Lei nº 10520/2002.

**10- Ata:** 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 14 de outubro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Julio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**

Conselheiro-Relator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**

Procurador-Geral, em substituição